



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

466

O trabalho remunerado da mulher na pandemia

**Joyce Lima Matos
Eugenia Troncoso Leone**

Agosto 2024



ie Instituto de
economia

O trabalho remunerado da mulher na pandemia ¹

Joyce Lima Matos ²
Eugenia Troncoso Leone ³

Resumo

O ano de 2020 foi marcado pela maior crise dos últimos anos, uma crise que começou na esfera da saúde, passando rapidamente para esfera econômica, conseqüentemente o mercado de trabalho. Desde a sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras são afetadas pela conjuntura econômica, no período pandêmico não seria diferente. Nesse sentido, o presente texto busca analisar o período de distanciamento social e o momento de retomada da atividade econômica com o fim das restrições sanitárias. Para realização da atual pesquisa foram coletados dados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e analisados os indicadores e as taxas que compõem a configuração da PIA brasileira, com o foco na subutilização e na força de trabalho. Como principais resultados tem-se a confirmação de que as mulheres foram as mais afetadas pelo distanciamento social, mas a retomada da atividade econômica após o fim do distanciamento social em 2022 melhorou a situação das mulheres. Dessa forma a pandemia impactou conjuntamente as mulheres no mercado de trabalho, mas as desigualdades de gênero permaneceram.

Palavras-chave: Covid-19; Mercado de Trabalho; Gênero.

Abstract

Women's paid work in the pandemic

The year 2020 was marked by the biggest crisis in recent years, a crisis that began in the health sphere, quickly moving to the economic sphere, consequently the labour market. Since their entry into the labour market, Brazilian women have been affected by the economic situation, and during the pandemic period it would be no different. In this sense, this text seeks to analyze the period of social distancing and the moment of resumption of economic activity with the end of health restrictions. To carry out the current research, data were collected in the National Household Sample Survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE, and the indicators and rates that make up the configuration of the Brazilian PIA were analyzed, with a focus on underutilization and Labour Force. The main results confirm that women were the most affected by social-distancing, but the resumption of economic activity after the end of social-distancing improved the situation of women. In this way, the pandemic had a temporary impact on women in the labour market, but gender inequalities remained.

Keywords: Covid-19; Labour market; Gender.

JEL: B54, J21, J7.

(1) Os resultados apresentados nesse artigo provêm dos capítulos 3 e 4 da dissertação de mestrado “O Mercado de Trabalho Brasileiro frente à crise econômico-sanitária da Covid-19: uma perspectiva de gênero” de Joyce Lima Matos, sob a orientação da professora Eugenia Leone.

(2) Doutoranda em Desenvolvimento Econômico na área de Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: j204150@dac.unicamp.br.

(3) Professora do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). E-mail: eleone@unicamp.br. ORCID: orcid.org/0000-0001-8334-6194.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a situação da mulher no mercado de trabalho durante a pandemia. Para colocar em perspectiva esse problema é feita nesta introdução uma breve retrospectiva da evolução da participação das mulheres na atividade econômica desde a década de 70. Com uma maior inserção no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1970, a participação feminina no mundo produtivo acompanha a conjuntura econômica desde então. Muitos foram os fatores que contribuíram para uma maior presença feminina no mercado de trabalho nacional, entre eles, a redução da taxa de fecundidade a partir de 1965, a mudança do padrão de consumo familiar e a expansão da atividade industrial, havendo uma transformação na ordem econômica e social e na composição da força de trabalho brasileira no período (Bruschini, 1994).

Contudo, a mudança no padrão de comportamento foi o principal fator transformador que possibilitou não apenas a maior inserção feminina no mundo produtivo, mas também a sua permanência no mesmo. Para Bruschini (1994) a profunda alteração nos padrões de comportamento e de valores da sociedade no que se refere a função social da mulher foi essencial para essa transformação.

Dessa forma, mesmo no período de recessão econômica das décadas de 1980 e 1990 a participação das mulheres no mundo do trabalho continuou crescendo e acompanhando a conjuntura econômica. Nesse sentido, a força de trabalho feminina passou a ser absorvida pelo crescente setor de serviços, caracterizado pela sua heterogeneidade. Em suma, a presença feminina no mercado de trabalho no século XX tem como marcas a crescente inserção, a maior permanência e a absorção da força de trabalho feminina, em especial no setor de serviços.

Com a virada de século, a inserção feminina se modifica, saindo de uma crescente participação quantitativa, passando para uma maior presença feminina qualitativa, em outras palavras, há uma consolidação da inserção das mulheres no mercado de trabalho com arrefecimento do aumento da taxa de atividade feminina, ao passo que houve uma melhoria da qualidade das ocupações que absorvem as mulheres. O cenário econômico de crescimento com inclusão social (2004 a 2013), explica essa mudança, ao diminuir o desemprego, aumentar a oferta de emprego formal e elevar o salário mínimo real, resultando na melhoria da renda domiciliar per capita dos trabalhadores brasileiros (Baltar; Leone, 2015; Leone, 2019).

O período seguinte, 2015 e 2016, foi marcado por um cenário de recessão econômica. A PIB apresentou variação de crescimento negativo, houve redução dos investimentos e retração do consumo, ademais o país passava por uma gigantesca crise política que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma. O reflexo no mercado de trabalho foi sentido de imediato com a retração da crescente formalização e o aumento do desemprego. O cenário seguinte, 2017 a 2019, teve como característica a estagnação da atividade econômica, o que ampliou a desestruturação do mercado de trabalho, refletindo no desemprego de longo prazo e no aumento da informalidade do trabalho. É importante mencionar que em 2017 foi implementada uma reforma trabalhista, parte de um processo mais amplo que vem alterando as relações de trabalho desde os anos 1990, anulando ou debilitando leis de proteção ao trabalhador e fragilizando as instituições públicas e os sindicatos, ampliando assim

a liberdade do empregador no que diz respeito à contratação, uso e remuneração do trabalho (Krein; Teixeira; 2021; Leone; Teixeira; Baltar, 2021).

Diante do exposto, verificou-se uma maior inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, em especial no período de 1970 a 2000. O século XXI foi marcado em um primeiro momento pela mudança na participação, retraindo a dinâmica quantitativa e aumentando a qualitativa, onde o momento de crescimento com inclusão social foi importante para essa mudança na atividade econômica feminina. A segunda década do século ficou marcada pela recessão e estagnação econômica, interferindo diretamente na força de trabalho. Como a PEA feminina cresceu mais que a masculina, o aumento do desemprego e da informalidade do trabalho foi maior no caso das mulheres. O período seguinte do cenário econômico brasileiro e mundial foi de crise econômico-sanitária, sendo o foco de análise do presente texto.

Sendo assim, para entender como se deu a dinâmica da participação feminina no mercado de trabalho durante a pandemia, o presente texto analisa os indicadores do mercado de trabalho brasileiro durante o período de isolamento social (2019-2020) e após o relaxamento das restrições sanitárias (2020-2022). De forma preliminar, entretanto, será feita uma breve apresentação dos indicadores de mercado de trabalho que o IBGE vem usando para medir a subutilização da força de trabalho.

2. Medidas de subutilização da força de trabalho

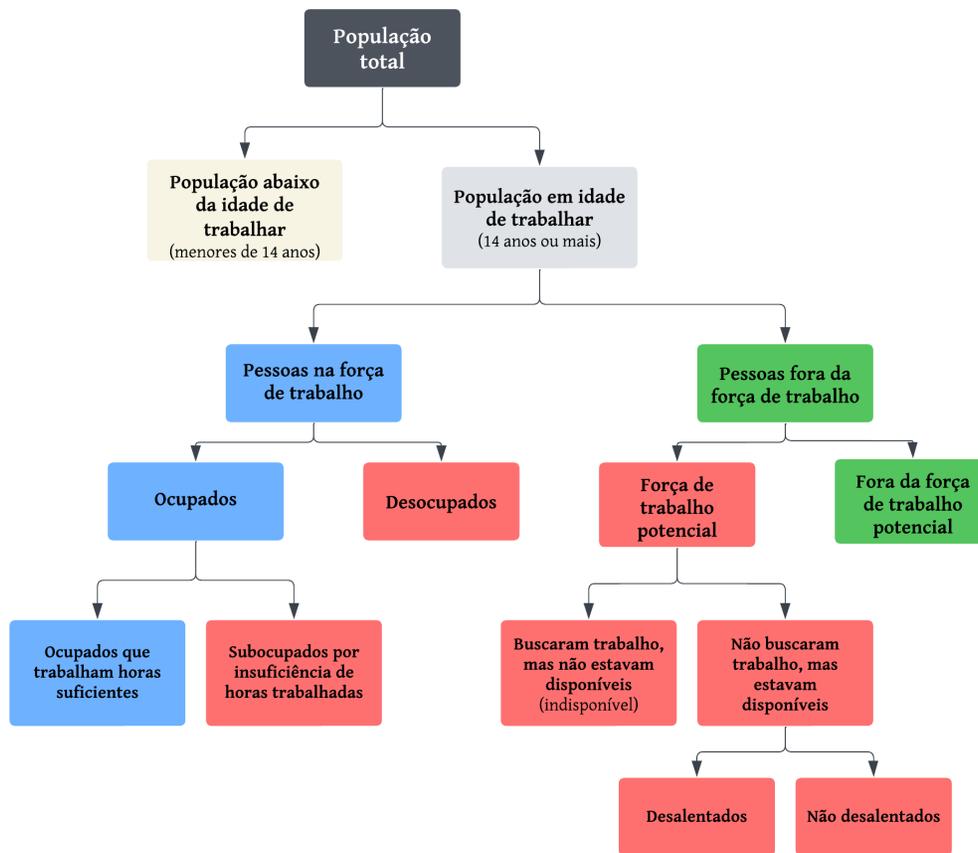
Sendo a estrutura etária da população dividida em crianças (0 a 14 anos), jovens e adultos (15 a 64 anos), e idosos (65 anos ou mais), tem-se que demograficamente o grupo de crianças e idosos são considerados parte da população inativa, não apta a trabalhar, ou população dependente, enquanto o grupo de jovens e adultos fazem parte da população em idade de trabalhar (PIT),⁴ compondo a estrutura do mercado de trabalho.

Dependendo da pesquisa e da instituição, a coorte da população em idade de trabalhar pode variar, nesse sentido para a PNAD Contínua/ IBGE, a PIT é formada pela população de 14 anos ou mais, incluindo a população idosa no grupo. Para tal, o presente artigo, partirá da definição de população em idade de trabalhar referida pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

A população em idade de trabalhar se configura em pessoas na força de trabalho (FT) e pessoas fora da força de trabalho. Sendo o primeiro grupo composto por pessoas ocupadas, tanto por horas suficientes de trabalho (40 horas semanais), quanto por pessoas subocupadas por insuficiências de horas trabalhadas, e também por pessoas que buscam trabalho, denominados desocupados (Figura 1).

(4) Em estudos mais recentes o IBGE denomina População em Idade Ativa (PIA) como População em Idade de Trabalhar (PIT).

Figura 1
Configuração da População em idade de trabalhar na força de trabalho e fora da força de trabalho



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O grupo de pessoas fora da FT pode ser dividido em dois outros grupos, sendo o primeiro a população fora da FT Potencial, que são as pessoas que não buscam emprego, não estão disponíveis para trabalhar e nem querem ter uma ocupação, como exemplo os estudantes, os aposentados e outras pessoas que não tenham interesse de trabalhar (Figura 1).

Já o grupo de pessoas na FT Potencial é composto por: 1) pessoas que buscam um trabalho, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana da pesquisa, considerados indisponíveis; 2) pessoas que não buscam trabalho, mas estavam disponíveis no momento da pesquisa, conhecidos como o grupo de desalentados (Figura 1).

Considerando parcela da FT presente na produção, mas que está parcialmente utilizada ou subaproveitada, o IBGE define a população com FT subutilizada. A subutilização da FT é composta pelas pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, pelos desocupados e pela população na FT Potencial. Tal indicador é fundamental para entender os reflexos de crises sobre o mercado de trabalho, em especial da crise pandêmica (Filletti et al., 2021; Gorayeb et al., 2021).

3. Coronacrise: período de distanciamento social (2019-2020)

A pandemia da Covid-19 trouxe consigo um cenário de insegurança, instabilidade e imensuráveis consequências, que culminou em uma gigantesca crise. O vírus que surgiu em dezembro de 2019 em Wuhan, na China, logo se espalhou pelo território mundial, tirando a vida de aproximadamente 7 milhões de pessoas e contaminando cerca de 765,6 milhões entre 2019 e 2023.⁵ Os sistemas de saúde de todo o mundo se viram colapsando, e logo uma crise que dominava a esfera da saúde se espalhou para várias esferas da vida social, inclusive a econômica.

No Brasil durante o período decretado pela OMS como pandemia⁶, foram registrados cerca de 37,5 milhões de casos confirmados da doença e aproximadamente 702,1 mil óbitos. Foram mais de 14,6 milhões de casos confirmados de Covid-19 somente em 2021, com 424.107 óbitos confirmados pela doença, uma taxa de 201,59 mortes para cada 100 mil habitantes⁷. Os números de 2021 foram mais que o dobro de 2020, chegando a mais de duas mil mortes diárias em março de 2021, fazendo o país figurar entre os países com maior número de casos, e o segundo em óbitos, tendo apenas os EUA maiores registros.

No que tange a esfera econômica, o país entrou em crise já estando em crise, o que aprofundou ainda mais a baixa atividade econômica no período. Segundo Gimenez, Baltar e Manzano (2020, p. 1):

O Brasil entrou na atual crise sanitária sem romper com a longa trajetória de estagnação econômica iniciada em 2015. Muito ao contrário, “entramos na crise em crise”. As dificuldades em grande parte dos setores econômicos, assim como dos trabalhadores expostos, não somente ao elevado desemprego, mas a crescente desorganização do mercado eram enormes antes da pandemia da COVID-19.

O efeito da crise econômico-sanitária sobre o Produto Interno Bruto se assemelha à recessão econômica de 2015/2016, tendo o PIB de 2020 uma redução de 3,3%, com R\$7,6 trilhões em valores correntes no mesmo período. Os efeitos da crise foram sentidos de imediato pela indústria, retraindo 9,1% entre fevereiro e março de 2020, em especial a produção de eletrônicos, vestuários e calçados, veículos e máquinas e equipamentos (Krein; Borsari, 2020).

No segundo trimestre de 2020 o Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria retraiu cerca de 12,8%, mas logo o setor apresentou recuperação, com 1,3%, 3,9% e 16,5%, respectivamente, no quarto trimestre de 2020, primeiro e segundo trimestres de 2021, na comparação do mesmo período no ano anterior. Já o setor agropecuário pouco sentiu os efeitos da crise econômico-sanitária, efeitos iniciais não afetaram a exportação do setor, pelo contrário, a desvalorização cambial ajudou na intensificação das exportações, mas os subsetores mais dependentes da demanda doméstica sentiram o impacto com o fechamento das redes de serviços (tab. 1).

O setor de serviços acompanhou a trajetória de retração da atividade econômica industrial, contraindo cerca de 9,8% da sua produção no segundo trimestre de 2020, mas diferente da indústria,

(5) Dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

(6) No dia cinco de maio de 2023 a OMS declarou o fim da pandemia como emergência de saúde pública.

(7) Dados disponibilizados pela DataSUS/Ministério da Saúde

o setor não apresentou uma recuperação, verificando-se em todos os trimestres do ano de 2020 um crescimento do VAB negativo (Tabela1).

Tabela 1

Taxa de variação do índice de volume, porcentagem de participação de cada setor no VAB e valores a preços correntes.
Brasil – trimestres de 2020 a 2022 (valores em milhões de reais)

Trimestre	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)	Valores a preços correntes	Particip. no VAB (%)	Var. de volume (%)
1ºT 2020	126.087	7,8	6,4	343.083	21,3	-0,7	1.142.824	70,9	0,2
2ºT 2020	126.573	8,0	5,0	348.877	22,0	-12,8	1.107.186	70,0	-9,8
3ºT 2020	101.340	6,1	2,0	405.237	24,4	0,0	1.154.845	69,5	-4,1
4ºT 2020	80.622	4,6	1,6	387.140	22,3	1,3	1.271.123	73,1	-1,3
1ºT 2021	269.919	14,6	7,0	393.513	21,3	3,9	1.187.232	64,2	-0,2
2ºT 2021	192.197	10,2	0,0	445.245	23,6	16,5	1.246.618	66,2	11,3
3º T 2021	122.702	6,4	-7,9	495.202	25,9	1,2	1.296.663	67,7	6,3
4ºT 2021	81.423	4,2	-0,3	459.151	23,6	-0,6	1.409.001	72,3	4,1
1ºT 2022	202.713	10,2	-5,2	443.275	22,4	-1,2	1.332.169	67,3	4,1
2ºT 2022	194.820	9,1	-0,9	516.111	24,1	2,1	1.427.926	66,8	4,7
3ºT 2022	161.537	7,3	3,2	553.097	25,1	2,8	1.486.951	67,5	4,5
4ºT 2022	116.479	5,2	-2,9	539.752	24,0	2,6	1.594.066	70,8	3,3

Fonte: IBGE – Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração das autoras.

Nota: (1) A variação de volume é em relação ao mesmo período do ano anterior.

A dificuldade de retomar o crescimento do setor de serviços se deu pela característica da crise econômica-sanitária, onde a principal forma de contenção e controle da disseminação da doença passava pela restrição de movimentos, com distanciamento e isolamento social. Não obstante, a nova dinâmica social imposta pelas restrições sanitárias afetou diretamente o mercado de trabalho, com a retração da força de trabalho.

A população ocupada saiu da força de trabalho indo direto para população fora da FT, em especial na FT potencial, movimento nunca visto antes no mercado de trabalho brasileiro (Gimenez; Baltar; Manzano, 2020; Krein; Borsari, 2020; Leone, 2022; Sabóia et al., 2021). Em suma, 63,7% da PIA brasileira participava da força de trabalho no segundo trimestre de 2019, com o choque pandêmico, no mesmo período de 2020, a participação da força de trabalho passou para 57,3%, uma retração de 6,4p.p. da taxa de participação.

O nível de ocupação também apresentou uma redução significativa, com 56% da PIA ocupada no segundo trimestre de 2019, passando para 49,5% no mesmo período de 2020, o que significa menos da metade da população em idade de trabalhar em algum tipo de ocupação. A retração das ocupações chama a atenção no setor de serviços, em especial nos em serviços domésticos (-2,1%, -25,6%, -27,8%, -23,8% e -18,6%, respectivamente para os quatro trimestres de 2020 e primeiro de 2021) e alojamento e alimentação (-1,3%, -26,1%, -30,3%, -27,6% e -26,3%, respectivamente para

os quatro trimestres de 2020 e primeiro de 2021) ambos setores que historicamente ocupam mais mulheres.

Em consequência, a taxa de participação feminina retraiu mais que a masculina durante o período de distanciamento social, saindo de 54,6% em 2019, para 47,3% em 2020, uma redução de 7.3p.p., o que significou uma retração de aproximadamente 5,9 milhões de mulheres na força de trabalho. No mesmo período analisado, a força de trabalho masculina saiu de 73,6% para 68,6%, uma diminuição de 5p.p. e cerca de 3,6 milhões de homens deixando a força de trabalho (Tabela 2).

A retração da força de trabalho é reflexo da redução da população ocupada. No terceiro trimestre de 2019 para o mesmo período de 2020, o nível de ocupação feminino saiu de 46,7% para 39%, uma diminuição de aproximadamente 6,4 milhões de mulheres. Já o nível de ocupação masculino saiu de 66,3% para 59,7%, cerca de 4,9 milhões de homens perderam a ocupação de 2019 a 2020. Em suma, mais mulheres deixaram a população ocupada, uma diferença de aproximadamente 1,5 milhão de mulheres a mais que os homens, com menos de 40% da PIA feminina ocupada no período de distanciamento social (Tabela 2).

Tabela 2

Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

Sexo	Taxa de participação FT			Nível de Ocupação			Taxa de desocupação			Parcela da população fora da FT		
	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ	2019	2020	Δ
Homem	73,6	68,6	-5,0	66,3	59,7	-6,6	10	12,9	2,9	26,4	31,4	5,0
Mulher	54,6	47,3	-7,3	46,7	39	-7,7	14,3	17,5	3,2	45,4	52,7	7,3
Diferença	19,00	21,3	2,3	19,6	20,7	1,1	-4,3	-4,6	0,3	-19	-21,3	2,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração das autoras.

Nota: A diferença e a variação estão em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

A taxa de desocupação que historicamente é maior para as mulheres, durante o período de distanciamento não foi diferente, saindo de 14,3% em 2019 para 17,5% em 2020, comparada a 10% em 2019 para 12,9% em 2020 dos homens. Mas em números absolutos a população masculina desocupada cresceu mais que a feminina, a quantidade de homens desocupados no terceiro trimestre de 2020, por pouco não se igualou ao número de mulheres, demonstrando uma maior variação da desocupação masculina em relação à feminina. Com as mulheres desocupadas saindo de cerca de 6,8 milhões para aproximadamente 7,3 milhões, contra cerca de 6 milhões para 7,3 milhões de homens desocupados entre 2019 e 2020 (tab.2).

Sendo a força de trabalho a soma da população ocupada e desocupada, e tendo a população feminina uma maior redução das ocupações e um menor crescimento das desocupações comparado aos homens, o aumento da população feminina fora da força de trabalho se mostrou maior no período de distanciamento social. A parcela da população feminina fora da FT saiu de 45,4% em 2019 para 52,7%, já a masculina saiu de 26,4% para 31,4% no mesmo período (Tabela 2).

O crescimento da população fora da FT tanto para homens, quanto para as mulheres, foi acompanhado do aumento da população na FT potencial, em especial do grupo de indisponíveis, principalmente para as mulheres. Observando a tabela 3 tem-se que a taxa da FT potencial feminina saiu de 5,5% para 8,6%, um crescimento próximo de 2,8 milhões de mulheres. Com a taxa de indisponível saindo de 2,5% em 2019, para 5% em 2020, com a população feminina buscando trabalho, mas indisponível chegando a 4,4 milhões em 2020.

Tabela 3

Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2019 e 2020

Taxas	2019		2020		Diferença (2019-2020)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxa da FT potencial	3,9	5,5	6,5	8,6	2,6	3,1
Taxa de desalento	2,6	3,0	3,3	3,6	0,7	0,6
Taxa de indisponível	1,3	2,5	3,2	5,0	1,9	2,5
Taxa composta de subutilização da FT	19,8	29,3	25,4	36,7	5,7	7,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração própria.

Nota (1): A diferença está em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

Nota (2): A taxa de composição da FT é um cálculo do IBGE, as demais taxas da tabela foram calculadas em relação a PIA.

Em suma, o período de isolamento e distanciamento social impactou fortemente a atividade econômica, consequentemente o mercado de trabalho brasileiro. As mulheres em especial se mostram mais prejudicadas levando em consideração a maior saída feminina da força de trabalho e a maior perda de empregos. A subutilização da FT que é maior entre as mulheres aumentou mais para elas, aumentando ainda mais a vulnerabilidade e precariedade da presença feminina no mundo produtivo, principalmente levando em consideração o grande crescimento da população que procurava um trabalho, mas não estava disponível no momento (os indisponíveis) por conta do distanciamento social.

4. A retomada da economia e do mercado de trabalho com o fim do distanciamento social (2020-2022)

Com o relaxamento das restrições sanitárias, retomada da atividade econômica e início da vacinação, o PIB de 2021 cresceu cerca de 4,6%, atingindo R\$8,7 trilhões neste ano e o de 2022 cresceu 3%, com aproximadamente R\$10,1 trilhões. Tanto a indústria, mas principalmente serviços voltaram a crescer, apresentando variação positiva do VAB, assim como houve aumento de ocupações nos dois setores. Entre o terceiro trimestre de 2021 e o mesmo período de 2022 a indústria apresentou crescimento das ocupações em 14,1%, 12,1%, 9,8%, 10,6% e 3,5% respectivamente para cada trimestre. No mesmo período, serviços exibiu crescimento de 10,9%, 9,8%, 10,3%, 11,3% e 9,2% das ocupações no setor (Tabela 1).

Assim como houve maior retração nas atividades de Alojamento e alimentação e Serviços domésticos, durante o distanciamento social, os dois subsetores apresentaram maior variação positiva com o retorno da atividade econômica com o fim do distanciamento. A população na força de trabalho voltou a crescer no período, em especial a força de trabalho feminina (Tabela 4).

A taxa de atividade feminina saiu de 47,3% em 2020 para 53,4%, um crescimento de aproximadamente 6,3 milhões de mulheres, já a taxa de atividade masculina apresentou crescimento de 68,6% para 72%, um aumento de cerca de 4,4 milhões. O retorno de crescimento da força de trabalho, como citado acima, é reflexo do aumento das ocupações. O nível de ocupação feminina saiu de 39% no terceiro trimestre de 2020 para 47,5%, com aumento de aproximadamente 8,3 milhões de ocupações. O nível de ocupação masculino também apresentou um expressivo crescimento, saindo de 59,7% para 67,6%, um aumento de 7,6 milhões de ocupações. O maior crescimento das ocupações femininas se dá em grande parte pelo retorno das atividades de serviços, setor este que mais emprega as mulheres e foi o mais afetado durante o período de distanciamento (Tabela 4).

Tabela 4

Taxa de participação e desocupação, nível de ocupação, parcela da população fora da força de trabalho, por sexo. Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022

Sexo	Taxa de participação FT			Nível de Ocupação			Taxa de desocupação			Parcela da população fora da FT		
	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ	2020	2022	Δ
Homem	68,6	72,6	4,0	59,7	67,6	7,9	12,9	6,9	-6,0	31,4	27,4	-4,0
Mulher	47,3	53,4	6,1	39,0	47,5	8,5	17,5	11,0	-6,5	52,7	46,6	-6,1
Diferença	21,3	19,2	-2,1	20,7	20,1	-0,6	-4,6	-4,1	-0,5	-21,3	-19,2	-2,1

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração das autoras.

Nota: A diferença e a variação estão em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

Vale ressaltar que o principal componente do crescimento da PEA foi o aumento das ocupações, visto que a desocupação reduziu em 2022, chegando a taxas inferiores ao cenário pré-pandemia (2019). A taxa de desocupação feminina saiu de 17,5% em 2020 para 11% em 2022, uma redução de aproximadamente 2 milhões de mulheres desocupadas. Já a população masculina desocupada saiu de 12,9% para 6,9%, com redução de cerca de 3,1 milhões de homens (tab.4). Percebe-se que mesmo em um cenário onde os indicadores são positivos para as mulheres no mercado de trabalho, a desocupação feminina continua maior que a masculina, uma característica estrutural da presença feminina no mundo produtivo.

Com o retorno de crescimento da FT, a população fora da FT, em especial da força de trabalho potencial, diminuiu. Durante o período de distanciamento cerca de 8,6% da PIA feminina se encontrava na FT Potencial, principalmente na indisponibilidade (5%), com o fim das restrições sanitárias, a FT Potencial feminina caiu para 5,3% da PIA, saindo de 7,5 milhões de mulheres em 2020 nessa situação, para 4,7 milhões em 2022. Com destaque para a redução das mulheres que buscavam trabalho mas

não estavam disponíveis no momento (2,6%). A população masculina na FT Potencial também se reduziu, saindo de aproximadamente 5,3 milhões para cerca de 3 milhões (Tabela 5).

Tabela 5

Taxas da força de trabalho potencial, de desalentados, de indisponíveis e da subutilização da força de trabalho, por sexo.
Brasil – terceiro trimestre de 2020 e 2022

Taxas	2020		2022		Diferença	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Taxa da FT potencial	6,5	8,6	3,6	5,3	-2,8	-3,3
Taxa de desalento	3,3	3,6	2,3	2,6	-1,0	-1,0
Taxa de indisponível	3,2	5,0	1,4	2,6	-1,8	-2,4
Taxa composta de subutilização da FT	25,4	36,7	15,9	25,3	-9,5	-11,5

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral – PNAD Contínua. Microdados coletados pelo Cesit. Tabela de elaboração das autoras.

Nota (1): A diferença está em pontos percentuais, já as taxas em porcentagem.

Nota (2): A taxa de composição da FT é um cálculo do IBGE, as demais taxas da tabela foram calculadas em relação a PIA.

A redução da FT Potencial e da desocupação refletiram diretamente na diminuição da população na FT Subutilizada, em especial para as mulheres. No período de distanciamento social a taxa composta de subutilização da FT feminina era de 36,7%, passando para 25,3% em 2022, uma redução de 4,7 milhões de mulheres na situação de subutilização. A subutilização da FT masculina é menor que a feminina em todo período analisado, com taxa composta de 25,4% em 2020, caindo para 15,9% em 2022, reduzindo cerca de 5,5 milhões de homens nessa situação.

Em suma, com a retomada da atividade econômica, o mercado de trabalho voltou a crescer. A PEA aumentou e o desemprego diminuiu, reflexo do aumento das ocupações. As mulheres que foram mais afetadas pela conjuntura de crise no período de distanciamento social, também foram mais favorecidas com a retomada da atividade econômica apresentando um maior crescimento, das ocupações e redução da subutilização da FT, em especial da FT Potencial, com diminuição das mulheres que buscavam trabalho, mas estavam indisponíveis.

5. Conclusão

A Covid-19 foi um marco na vida social, tirando a vida de milhões de pessoas pelo mundo e afetando direta e indiretamente todas as sociedades. Uma crise que começou na esfera da saúde rapidamente transcende para várias outras esferas, inclusive a economia, e consequentemente atingiu o mercado de trabalho.

A presença feminina no mercado de trabalho é expressiva, mas continua muito pequena nas ocupações dos setores (Construção Civil e Indústria de Transformação) historicamente mais sensíveis aos movimentos conjunturais na atividade econômica. Muitas mulheres estão inseridas em trabalhos precários e vulneráveis à margem do mercado de trabalho. A segregação e discriminação de gênero afeta diretamente ocupações onde as mulheres são inseridas. Não obstante, oscilações na atividade

econômica tendem a ser acompanhadas de variação maior na ocupação dos homens do que das mulheres, porém na crise econômico-sanitária ocorreu o contrário afetando mais a ocupação das mulheres. Essa peculiaridade da crise econômico-sanitária tem a ver com o fato de que a atividade econômica que foi mais afetada foi a do setor de serviços, especialmente alguns em que a presença feminina é predominante.

Outro fato que chamou a atenção durante o período de distanciamento foi a redução da força de trabalho, tanto de homens, mas principalmente das mulheres. Essa retração foi acompanhada em especial pela diminuição das ocupações e pelo crescimento da FT Potencial, com o aumento da indisponibilidade. Esse movimento pode ser explicado por dois fatores: o primeiro é a união da esfera produtiva e reprodutiva no mesmo ambiente, juntamente com a permanência das crianças em casa, visto que as escolas estavam fechadas, dessa forma as mulheres que detêm a maior parcela das atividades domésticas, se viram em uma situação onde buscavam trabalho, mas não estavam disponíveis no momento. A retração do setor de serviços é o segundo ponto a se destacar, pois tal setor é majoritariamente ocupado por mulheres e foi o mais afetado pelo distanciamento social, dessa forma as ocupações femininas foram as mais atingidas.

Com a retomada da atividade feminina com o fim das restrições sanitárias e o começo da vacinação, as escolas voltaram a receber as crianças, as pessoas voltaram às atividades na esfera produtiva e o setor de serviços voltou a crescer, absorvendo a mão-de-obra antes dispensada. Dessa forma a força de trabalho feminina voltou a crescer, juntamente das ocupações e a redução da subutilização da força de trabalho, em especial da FT Potencial.

Analisando o período pre-pandêmico e pós restrições sanitárias, pouco se alterou a relação homem e mulher no mercado de trabalho, a diferença no nível de participação e de ocupação permaneceu o mesmo, com os homens participando mais, a desocupação e a subutilização permaneceu a mesma, com as mulheres tendo maior taxa de desemprego e maior subutilização da força de trabalho. De modo geral pouco se alterou a estrutura do mercado de trabalho e da desigualdade de gênero no mesmo. A crise econômico-sanitária pode ser vista como um movimento conjuntural e mesmo apresentando melhorias em 2022, pouco se alterou a estrutura, pois para tal são necessários movimentos de mudança na sociedade e no comportamento das pessoas ao enxergar o papel da mulher no mundo reprodutivo e produtivo.

Referências bibliográficas

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Cesis/IE/Unicamp, n. 19, jul./set. 2012.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, p. 53-67, 2015.

BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, p. 179-199, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação*. Fundação Carlos Chagas, 1998.

FILLETI, Juliana de Paula et al. Uma análise do mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: efeitos sobre as mulheres, saída da força de trabalho e indisponibilidade. In:

ENCONTRO NACIONAL DA ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. *Anais...* Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/339401-uma-analise-do-mercado-de-trabalho-no-contexto-da-crise-economico-sanitaria-de-2020--efeitos-sobre-as-mulheres-s/. Acesso em: 29 mar. 2024.

GIMENEZ, Denis Maracci; BALTAR, Paulo; MANZANO, Marcelo. Os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil. *Carta Social e do Trabalho*, Campinas, Cesit/IE/Unicamp, n. 42, p. 16-21, 2020.

GORAYEB, Daniela Salomão et al. Mulheres no mercado de trabalho no contexto da crise econômico-sanitária de 2020: saída da força de trabalho e indisponibilidade. In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. (Org.). *Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo*. Campinas: Cesit/IE/Unicamp, 2021. p. 272-283. (Coleção Centros e Núcleos).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. Maio 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Divulgação Especial: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. fev. 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202104_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em: set. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Glossário*. 2015. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: set. 2023

KREIN, José Dari; BORSARI, Pietro. *Pandemia e desemprego: análise e perspectivas*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, maio 2020. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/covid19/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas>. Acesso em: out. 2023.

KREIN, D.; TEIXEIRA, M. O avanço das formas de contratação flexíveis. In: KREIN, José Dari et al. (Org.). *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. Campinas: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Livro eletrônico, v. 1, cap. 4.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo. *Estudo de caso: Brasil*. Notas sobre a Formalização. FORLAC – Programa de Formalização na América Latina e no Caribe. Lima: Escritório Regional da OIT, 2014.

LEONE, Eugênia. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. (Org.). *Mundo*

do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. Campinas: Cesit/IE/Unicamp, 2017. p. 13-38.

LEONE, Eugênia. *Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013)*. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 2019.

LEONE, Eugenia. O trabalho remunerado das mulheres em 2019 e as mudanças na pandemia. In: Anais XXII Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, Informação e Sociedade. Dinâmica Demográfica e conhecimento no mundo pós-pandemia. Evento On-line. 07-11 Nov. 2022. Disponível em: https://encontro2022.abep.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2031. Acesso em: 29 mar. 2024.

LEONE, Eugenia; TEIXEIRA, Marilane; BALTAR, Paulo. Os impactos da reforma trabalhista sobre o Mercado de trabalho. In: KREIN, José Dari et al. (Org.). *O trabalho pós-reforma trabalhista (2017)*. Campinas: Cesit – Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021. Livro eletrônico, v. 1, cap. 2.

MATOS, Joyce Lima. *O Mercado de Trabalho Brasileiro frente à crise econômico-sanitária da Covid-19: uma perspectiva de gênero*. Dissertação (Mestrado). 2024.

OMS – Organização Mundial de Saúde. *Covid-19 strategy update*. Genebra: OMS, 2020.

SABOIA, João; ROCHA, Camila; VILLACORTA, Victor Nobre; MARTINEZ, Renan Rechuem Lopez; SOARES, Igor Masullo. *O mercado de trabalho no Brasil nas crises de 2015/2016 e 2020: semelhanças e diferenças*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. (Texto para Discussão, n. 25).